



**A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A EXPANSÃO CAPITALISTA NO SETOR
PESQUEIRO: REPERCUSSÕES SOBRE OS PESCADORES EM GUAÍRA/PR.***

Cátia Franciele Sanfelice de Paula**

Resumo: Este artigo discute como o Estado vem intervindo no setor pesqueiro por meio de políticas públicas. Para isso evidenciamos um processo de mudanças causado por danos ambientais que provocaram novas relações de produção vividas por pescadores na cidade de Guaíra/PR. Nesse sentido, problematizamos as investidas da expansão capitalista, mediadas pelo Estado, em nível Federal e Estadual e o papel da Itaipu nesse contexto.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Setor Pesqueiro; Guaíra; Itaipu

**THE INTERVENTION OF THE STATE AND THE CAPITALIST EXPANSION IN
THE FISHING SECTOR: IMPACT ON THE FISHERMEN IN GUAÍRA/PR.**

Abstract: This article discusses how the State intervened in the fishing sector through public policies. For that showed a process of changes caused by environmental damage that caused new relations of production experienced by fishermen in the town of Guaíra/PR. In this sense, we problematize the advances of capitalist expansion, mediated by the State, the Federal and State level and Itaipu's role in this context.

Keywords: Public Policies; The Fishing Sector; Guaíra; Itaipu.

* Este artigo é uma versão resumida e modificada do segundo capítulo de minha da pesquisa de mestrado em História, UNIOESTE, defendida em 2012 na linha de pesquisa Trabalho e movimentos sociais.

** Professora do Departamento de História, UNIR, Campus de Rolim de Moura/RO. Doutoranda em História, UFU. E-mail: cfsanfelice@yahoo.com.br.

As Políticas Públicas Federais

A constituição do lago de Itaipu, ocorrida no início da década de 1980, em Guaíra/PR colocou em movimento diversos pescadores que se viram obrigados a viver novas relações de produção à medida que o lago modificou a realização da pesca e as espécies de peixe até então presentes no rio e objeto do trabalho daqueles pescadores. Logo na sequência os pescadores enfrentaram, já em meados da mesma década, a ameaça do derrocamento¹ de um grande trecho do rio Paraná devido à “necessidade” de tornar o rio navegável de modo a dinamizar a economia local. Uma vez mais os pescadores desconfiaram que seriam prejudicados pela obra “modernizadora”. Atentos a esse evento eles pressionaram o DER fazendo-o vir a público explicar os prováveis desdobramentos no que se referia aos peixes e à sobrevivência dos pescadores. Apesar de impedirem e adiarem a obra, em 1996 nova batalha ocorreu, porém perdida. Naquele momento já de 1989, os pescadores mostraram-se como um sujeito coletivo, articulados juridicamente e com argumentos qualificados sobre as consequências daquela obra.

A atuação coletiva dos pescadores foi capaz de colocá-los em evidência na agenda do Estado, particularmente de Itaipu, responsável direta pela formação do lago e pelo desaparecimento de espécies de peixe que garantiam o sustento de dezenas de famílias de pescadores. No ano de 1997 os pescadores haviam conseguido uma indenização no valor de R\$3.123,00 (para cada pescador), do DER devida ao fato de ter interrompido a atividade pesqueira por período contínuo decorrente das explosões que abriram e aprofundaram um trecho do rio Paraná. Há, porém, aqueles que afirmam nunca ter recebido esse valor, o que demonstra irregularidades no que diz respeito ao processo indenizatório. Mais de uma década depois persistiam naquele lugar vivendo como pescadores, verdadeiros sobreviventes das explosões que mutilaram o Rio Paraná e com ele o ganha pão de muitas famílias. Muitos deles já dependiam de outras atividades além da pesca para sobreviver, e sua insistência em

¹ Explosões, efetuadas a partir de 1996, para a abertura de um canal de navegação no Rio Paraná, para possibilitar a navegabilidade e integrar a rede Hidrográfica Tietê – Paraná, uma hidrovia que ligasse o estado do Paraná ao estado de São Paulo e possibilitasse o transporte de grãos. As explosões efetuadas para a abertura do canal de navegação foram responsáveis diretas pela contaminação e mortalidade de 80% dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões no lago.

não desaparecerem como pescadores certamente funcionou como pressão sobre Itaipu, num contexto político marcado por um questionável compromisso de muitos países com a preservação do meio ambiente e da presença humana nele.

A presença dos pescadores materializada por suas reivindicações e na persistência em sobreviverem da pesca serviu como pressão também em relação à criação de políticas públicas. Analisamos as interferências sentidas pelos pescadores devido aos danos ambientais e em que medida as políticas pesqueiras se relacionam com o trabalho dos pescadores profissionais. Aliada a tais políticas, evidenciamos a atuação da Itaipu em relação aos pescadores no contexto de diminuição da pesca extrativista, tentando perceber a estreita relação que a estatal possui com o Estado na dinamização de projetos sociais. Identificamos novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná, relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes, e como as políticas públicas vêm sendo criadas nesse contexto capitalista como forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial.

A intervenção do Estado na atividade pesqueira não é recente. De acordo com Eduardo Schiavone, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, a presença do Estado no setor pode ser percebida em três momentos demarcados. O primeiro deles desde a formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra no século XX, quando, “[...] como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria – Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores”². O segundo momento citado por esse autor está relacionado à “modernização conservadora” da pesca promovida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), criada em 1960. Baseada no modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a criação desse órgão provocou uma “modernização” conservadora no setor pesqueiro, ocasionando “concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais”³.

O terceiro momento se refere à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que, segundo o autor, “[...] trazem desafios recentes para o ordenamento da atividade

² CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação*. Depto. de Geociências – CCNE/UFMS. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – vol. 10, nº 2, 2009, página 8.

³ CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação*. Depto. de Geociências – CCNE/UFMS. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – vol. 10, nº 2, 2009, página 8.

pesqueira em mar alto, bem como questões para uma geografia política dos mares”⁴. Além desses momentos demarcados pelo autor, a presença do Estado na atividade pesqueira recentemente foi contemplada com uma nova lei da pesca, através da criação do Ministério da Pesca, em 2003, e com o Plano Mais Pesca e Aquicultura, em 2008. Essa política voltada ao setor está relacionada a outras que priorizam a questão ambiental, por isso constantemente é utilizado o discurso de sustentabilidade como forma de possibilitar a resolução dos problemas socioambientais. Atrelado à problemática ambiental, o discurso propagado por tal política tem como intuito gerar renda aos pescadores e aquicultores e produzir um alimento saudável para a população. Por esse motivo, a aquicultura em nível nacional vem ganhando espaço e um lugar privilegiado nas políticas públicas, que acreditamos ser também uma estratégia do governo voltada a concretizá-la como um negócio promissor e lucrativo⁵ no país, como é divulgado por essa mesma política.

A justificativa de tal política se relaciona ao fato de que o setor pesqueiro foi historicamente pautado por políticas descontinuadas, em que o Estado brasileiro esteve ausente no que diz respeito a projetos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura:

Na área social, a pesca era vista como uma atividade marginal. O pescador tinha poucas perspectivas de melhoria de suas condições de trabalho e inexistiam políticas de desenvolvimento social para a pesca artesanal [...] Havia, portanto, carência de políticas integradas e integradoras que, associadas aos princípios de inclusão socioeconômica, identidade territorial e respeito ao meio ambiente, proporcionassem ao Governo Federal a realização de ações estratégicas ao atendimento das diversas demandas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Brasil⁶.

A criação do Ministério da Pesca nesse sentido é tida pelo governo como uma forma de resolver os problemas vivenciados pelos pescadores. Além disso, é atribuída a essa política

⁴Idem, página 8.

⁵Informações disponíveis em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

⁶ Informações presentes no artigo "Incentivo à Aquicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

a resolução dos problemas ambientais, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura supostamente preservaria a pesca extrativista. Essa questão se torna significativa devido ao fato de os problemas ligados ao meio ambiente aquático serem explicados e relacionados pelo governo à pesca extrativista. Qualquer outro elemento causador de degradação é ocultado nessa interpretação, que apela ao discurso de preservação. Para isso, busca-se criar uma nova forma de produção, que, em tese, não causaria danos ao meio ambiente.

Dentre os desafios propostos por essa política pesqueira, o aumento da produção é enfatizado fundamentalmente como forma de garantia alimentar, geração de renda, aumento do consumo do pescado e preservação ao meio ambiente. Para isso prioriza-se, nessa política pesqueira, o desenvolvimento da aquicultura: “O aumento da produção pesqueira está relacionado, especialmente, ao desenvolvimento da aquicultura, que apresenta grande potencial de crescimento”⁷. Outra justificativa utilizada pelo governo é a de que há no Brasil grande potencial de águas a serem exploradas com o desenvolvimento da aquicultura e que a pesca extrativista, além de escassa, não tem apresentado possibilidades de crescimento.

Através do projeto de desenvolvimento da aquicultura, o Ministério da Pesca se utiliza do discurso de que está possibilitando uma política mais próxima da sociedade. Esse projeto é divulgado como se fosse fruto da participação e da vontade da população, que estaria tendo a oportunidade de partilhar o poder do Estado:

O desenvolvimento econômico e social passa pela participação da própria comunidade. Por isso, construir espaços de discussão, onde diferentes vozes estejam reunidas para dialogar e decidir, é o mesmo que partilhar o poder do Estado na implementação das políticas públicas. [...] A abordagem territorial no enfrentamento da pobreza, da exclusão social, da degradação ambiental, das desigualdades regionais, sociais e econômicas são os objetivos dessa política. [...] Definidos como prioridade pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, os Territórios aproximam o Governo e a sociedade que passam a unificar esforços para que todos ganhem com isso. Trabalhadores, empresários, pesquisadores, lideranças municipais, estaduais e federais, gestores públicos e a sociedade civil como um todo⁸.

⁷ Informações do artigo "Incentivo à Aquicultura" disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/territorios>. Acesso em 1º agosto de 2011..

O trecho citado acima informa uma imagem do Estado unido com diversos sujeitos sociais, afirmando que não existem separações entre um e outro. Com esse tipo de visão, tenta-se ocultar de fato a identificação das classes sociais que partilham o poder do Estado. Passa-se a ideia, portanto, de que todas as classes sociais compartilham com a mesma intensidade do poder do Estado, que possuem os mesmos direitos e oportunidades. Desconsideram-se, com tal afirmação, apresentada como homogênea, as desigualdades sociais existentes na sociedade. De outro modo, é preciso compreender o Estado como relação social e identificar nos projetos de sociedade criados pelo Estado, os reais interesses com sua criação e quais classes sociais esses projetos contemplam, para além do que é divulgado.

Ao contrário disso, o discurso utilizado pelo governo homogênea e engloba todas as classes sociais, como se todas tivessem em seus projetos a contemplação de suas necessidades. Nosso esforço nesse sentido foi tentar compreender em que medida os objetivos expostos em relação ao projeto de desenvolvimento da aquicultura se restringem àqueles noticiados, tentando compreendê-lo através das percepções dos trabalhadores. Chama atenção, ainda, o caráter ideológico que envolve as justificativas desse projeto, o qual enfatiza a importância da pesca e dos pescadores na economia nacional como forma de convencer a sociedade de uma forma mais ampla, de que existem políticas públicas que vão ao encontro das necessidades dos pescadores:

Grande parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho dos pescadores profissionais artesanais. São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais de 500 mil toneladas por ano. A pesca artesanal é muito importante para a economia nacional. Ela é responsável pela criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral e também naquelas localizadas à beira de rios e lagos. São milhares de brasileiros, mais de 600 mil, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na captura dos peixes e frutos do mar, no beneficiamento e na comercialização do pescado⁹.

O enaltecimento da pesca e dos pescadores, e o destaque de sua importância para a economia nacional, fazem parte da política social utilizada pelo governo e podem ser entendidos como uma estratégia utilizada para demonstrar que existe a valorização da

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

categoria a ponto de criar projetos a eles direcionados. Além do aspecto econômico, ainda é destacado o valor cultural que possui a pesca no país:

A pesca artesanal também tem grande valor cultural para o Brasil. Dela nasceram e são preservadas até hoje diversas tradições, festas típicas, rituais, técnicas e artes de pesca, além de lendas do folclore brasileiro. Os pescadores profissionais artesanais têm papel fundamental no desenvolvimento sustentável do país, até porque é do mar, dos rios e lagos que eles tiram o seu alimento e renda¹⁰.

É contraditório o Estado falar em “preservação” de técnicas e artes de pesca tendo em vista que a política empregada enfatiza bem mais a criação de peixes do que a permanência da pesca extrativista. Além dessa questão, encontramos no discurso governamental certa intencionalidade. Ao afirmar a dependência que os pescadores têm em relação a rios, mares e lagos como seus meios de sobrevivência, se tenta responsabilizá-los pelo comprometimento que devem ter com o projeto de desenvolvimento sustentável. Esse discurso ainda os culpabiliza pela degradação ambiental, pela escassez de espécies de peixes, como se eles tivessem que contribuir, por dever, com o projeto, sem questioná-lo, mesmo que isso lhes causasse perdas no que diz respeito à sua profissão, aos seus modos de vida e de trabalho. Nesse discurso se percorre um caminho iniciado com a valorização da pesca e dos pescadores até chegar à divulgação do projeto de sociedade, que, acreditamos, pretende-se que seja aceito pelos pescadores:

O Ministério da Pesca e Aquicultura vem investindo na reestruturação do setor, com a construção e reforma de entrepostos e terminais pesqueiros, dos Centros Integrados da Pesca Artesanal e no incentivo à criação de associações e cooperativas de produção. O pescador artesanal voltou a contar com linhas de crédito para financiar a recuperação e construção de embarcações e a implantação de pequenos frigoríficos e unidades de beneficiamento, entre outras ações estruturantes. Todas elas, incluindo as políticas de inclusão social, geração de renda e agregação de valor ao pescado, priorizam a melhoria do trabalho e da vida desses trabalhadores¹¹.

Mesmo assim, os investimentos citados pelo Ministério da Pesca parecem não ir ao encontro da resolução dos problemas vivenciados pelos pescadores profissionais de Guaíba.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

¹¹ Idem.

Muitos pescadores explicam por que não foi possível quitar suas dívidas, apontando, principalmente, dois fatores. O primeiro deles pelo alto valor de juros cobrados, pois se trata do mesmo financiamento feito a agricultores (Pronaf). O segundo elemento diz respeito ao fato de a pesca não ser suficiente para os pescadores garantirem sua sobrevivência e ainda saldar suas dívidas. Na divulgação realizada pela imprensa, o Pronaf-Pesca foi apresentado como um benefício, que, além de ajudar os pescadores na compra de equipamentos de pesca, também poderia ser utilizado para outras finalidades:

*O Banco do Brasil liberou esta semana os primeiros recursos para os pescadores de Guaíra, que estão cadastrados no Pronaf-Pesca (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O financiamento para pesca distribuirá valores de R\$ 1,5 mil, com juros de 4% ao ano, podendo ser reduzido com o pagamento em dia. O programa, do governo federal, é voltado para a promoção do desenvolvimento do setor pesqueiro e tem como objetivo principal financiar o pescador artesanal, para que possa desenvolver uma sustentabilidade econômica e ambiental. Existe um interesse muito grande da secretaria municipal de Agricultura e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater) em incentivar a distribuição dos benefícios no município de Guaíra, colaborando para que o pescador profissional possa utilizar esses recursos para a aquisição de equipamentos para trabalho ou investir em atividades alternativas para os períodos difíceis da pesca. O Banco do Brasil espera poder atender em torno de 300 profissionais em Guaíra, mas acredita que esse número possa ser ampliado.*¹²

Pela reportagem observamos que a imprensa considerou o fato de que a pesca passa por períodos difíceis, mas que, mesmo assim, os pescadores poderiam utilizar o recurso em “atividades alternativas”. Ou seja, o importante na divulgação do “benefício” feita pela imprensa é que ele existe. E se a pesca não trouxesse retorno, o recurso poderia ser utilizado em outras atividades, certamente naquelas em que os pescadores teriam que “inventar”, como forma de conseguirem sobreviver e saldar a dívida, porém isso ficou suposto como um problema unicamente dos pescadores.

Observamos que não é suficiente a existência de projetos por parte do governo federal, como o Pronaf-Pesca. A realidade vivenciada pelos pescadores não lhes oferece condições materiais para saldar uma dívida como a que foi contraída por muitos deles. Muitos

¹² Jornal Rio Paranazão, edição 415 (sem data no site). Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.



pescadores viram no Pronaf-Pesca a oportunidade de adquirir um barco com motor e melhores materiais como forma de facilitar seu trabalho no rio, mas acabaram endividados. Diante do exposto, é possível notar que a existência de projetos e de políticas públicas não dá conta dos problemas presentes na realidade social, embora sejam divulgados como solução. A política pesqueira recente está pautada na proposta de combate à pobreza e de diminuição das desigualdades sociais. Essas questões são abordadas na divulgação do Plano Mais Pesca e Aquicultura, de forma relacionada aos pescadores, embora reconheça que um dos elementos que objetiva essa política se refere ao controle social:

A partir de 2003, a orientação do Governo Federal foi direcionar esforços para a redução da pobreza e o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Os avanços de ordem social passaram a ser pautados como desafios de grande importância para que os pescadores e pescadoras do Brasil pudessem garantir sua inserção produtiva e cidadã na sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas implantadas priorizaram: o reconhecimento e respeito aos trabalhadores da pesca artesanal; a capacidade de organização das pessoas para acessar as políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação e assistência social; e a busca de outras formas de geração de trabalho e renda, por meio da organização popular, maior participação e controle social¹³.

Ao que parece, o projeto de desenvolvimento da aquicultura elaborado pelo governo, ao se apresentar com o discurso de inclusão social, geração de renda e preservação do meio ambiente, demonstra, por outro lado, outras perspectivas no que se refere ao aumento da produção e à dinamização econômica do setor pesqueiro através da agregação de valor ao pescado. Por esse motivo são também objetivos do projeto:

Estruturar e modernizar as diversas etapas da cadeia produtiva, bem como capacitar o setor para melhor gestão de seus empreendimentos produtivos, foi um dos principais objetivos lançados para vencer os desafios propostos. Desde a captura do pescado até a transformação (beneficiamento) do peixe em produtos que agreguem maior valor para comercialização, existe uma série de ações e intervenções que o Governo se propôs realizar para garantir produtos em

¹³ Informações do artigo "Incentivo à Aquicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.



*quantidade suficiente e com a qualidade desejada para que o consumo de pescados no Brasil fosse estimulado*¹⁴.

Aqui é importante problematizar que o termo “agregação de valor” consiste em um conceito ideológico que busca ocultar interesses capitalistas do agronegócio. Como em outras atividades, como, por exemplo, com a avicultura, na aquicultura o termo também passa a existir quando inicia o processo histórico de produção industrializada do peixe e a criação de uma cadeia produtiva. Além do projeto de desenvolvimento da aquicultura, o governo federal também vem divulgando a criação de alguns meios de ajuda para a dinamização da produção ao seu destino final, desde a criação de fábrica de gelo, unidades de beneficiamento do pescado, até a criação de políticas sociais para a promoção de incentivo ao seu consumo, como a inclusão de peixes na merenda escolar e feiras:

As ações nas áreas de infraestrutura relacionam-se à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização do pescado – 19 Terminais Pesqueiros Públicos e 14 Centros Integrados da Pesca Artesanal –, e mais de uma centena de fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado, caminhões frigoríficos, entre outras, para a estruturação da cadeia produtiva. O Governo tem atuado para estimular a comercialização e o consumo de pescado. São exemplos os mais de mil módulos da Feira do Peixe para venda direta pelo pescador, as sete edições da Semana do Peixe e a inclusão do pescado na alimentação escolar, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foram adaptados diversos instrumentos de financiamento, operados por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e entidades vinculadas – para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas estratégicas. Dentre as ações de inclusão e desenvolvimento social, destacam-se os projetos de capacitação de pescadores, as ações de inclusão digital e de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional, além das ações de alfabetização e elevação da escolaridade (Pescando Letras)¹⁵.

Ainda como forma de aumentar o consumo, o governo tem como plano desenvolver campanhas de incentivo:

¹⁴ Informações do artigo "Incentivo à Aqüicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁵ Informações do artigo "Incentivo à Aqüicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.



O Ministério da Pesca e Aquicultura também vem planejando criar no Estado campanhas de incentivo ao consumo de pescados. “Está sendo planejada uma campanha para incentivar o consumo em todas as sextas-feiras e não apenas na Sexta-Feira Santa. Além disso, queremos aumentar a inclusão do peixe na merenda escolar. Ele já é utilizado em escolas do litoral e de muitos municípios da região Oeste, que é o maior pólo produtivo do Estado.”¹⁶

Prevê também medidas de incentivo para a prática da aquicultura e para o aumento da produção de pescados. Entre elas está a concessão de créditos, assistência técnica especializada, recursos para treinamento de técnicos na área e que o governo federal, em conjunto com o governo do Paraná, possibilitará descontos especiais de energia elétrica. Segundo o ex-ministro da Secretaria de Aquicultura e Pesca, Gregolim, esse incentivo à aquicultura vem se dando primordialmente no Paraná, isso é devido ao “potencial de reservatórios de usinas hidrelétricas a ser explorado”¹⁷.

Os projetos relacionados ao Ministério da Pesca visam à estruturação da cadeia produtiva, desde a produção até o consumidor final. Uma característica específica presente no projeto de desenvolvimento da aquicultura está em relacioná-lo com pescadores e pequenos agricultores. Devido à escassez da produção pesqueira proveniente da pesca extrativista, envolver pescadores e agricultores na proposta de desenvolvimento da aquicultura vem sendo, na concepção do governo, a saída para a geração de renda, para o aumento da produção e, ao mesmo tempo, para a conservação do meio ambiente. Dessa forma, organiza-se a cadeia produtiva, a partir da qual aos pequenos agricultores caberia a criação de alevinos e, aos pescadores, sua criação nos tanques criadores.

Algumas informações apontam para o fato de que, na década de 1990, o desenvolvimento da aquicultura já contava com técnicas de produção que lhe davam suporte: “A partir da década de 90, a difusão das técnicas de produção, a elaboração de trabalhos de pesquisa, experimentos com a espécie, e o surgimento da tecnologia de reversão sexual permitiram que essa atividade começasse a se estruturar e se desenvolver”. A atividade criatória vem se desenvolvendo por meio de pesquisas nas quais se empregam tecnologias que possibilitem desde experimentos com espécies até a transformação da produção em diversos

¹⁶ Informações do artigo "Incentivo à Aquicultura" disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24729>>. Acesso em: 25 mar. 2011.



produtos que agreguem valor ao pescado, como, por exemplo: defumados, enlatados, embutidos, etc. De acordo com a política pesqueira federal: “Fomentar o desenvolvimento tecnológico por meio de pesquisas, estruturar e viabilizar o acesso a políticas de crédito e extensão e revitalizar o setor de comercialização são alguns compromissos relacionados às questões econômicas da pesca e aquicultura”¹⁸.

Tal política pesqueira, voltada ao desenvolvimento da aquicultura, embora criada e reforçada com a criação do MPA durante o governo Lula, também continua sendo implantada no governo Dilma. Aliadas ao fato de que a pesca extrativista está escassa e sem possibilidades de crescimento, desde 2003 essas políticas vêm na aquicultura uma possibilidade de crescimento no setor. Alguns fatores, no entanto, são apontados por essa política como empecilhos para esse crescimento que precisam ser resolvidos. Em primeiro lugar, pelo fato de haver pouco consumo de peixes pelos brasileiros e, em segundo lugar, pela falta de diversidade da produção proveniente do pescado. Nesse sentido, amparadas por considerações divulgadas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), tais políticas vêm apelando para o fato de que é preciso que os brasileiros adquiram o hábito de consumir o pescado em maior quantidade, devido à sua qualidade nutritiva. Para isso o governo se utiliza de informações e estatísticas divulgadas pela FAO, a fim de planejar, projetar e justificar a importância que necessita ser dada ao setor:

A FAO projeta um aumento do consumo mundial para 2030 dos atuais 16 kg/habitantes para 22,5 kg/habitantes/ano. Isso representará um aumento de consumo de mais de 100 milhões de toneladas/ano. Além disso, o Brasil tem um grande potencial de mercado. São 190 milhões de brasileiros que hoje consomem 7 kg/habitantes/ano. Enfim, a produção de pescado é uma grande oportunidade para o Brasil produzir uma proteína nobre e gerar milhões de postos de trabalho, emprego e renda e fazer isso de forma sustentável somente aproveitando o vasto território de águas que o Brasil tem. Temos espaço, clima e espécies, condições para ser um dos maiores produtores de pescado cultivado no mundo¹⁹.

¹⁸ Artigo: Incentivo à Aquicultura. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁹ Artigo: Incentivo à Aquicultura. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

Dessa forma, tais políticas procuram unir a “preocupação” alimentar dos brasileiros com interesses em expandir a atividade pesqueira no Brasil por meio da aquicultura. Por esse motivo, o desenvolvimento de tecnologias é priorizado como forma de melhorar as possibilidades de crescimento e de diversificação do setor. Essa questão pode ser observada em alguns artigos relacionados ao tema e produzidos pelo curso de Engenharia da Pesca da Unioeste, Campus de Toledo, como no artigo intitulado “Situação Atual e Perspectivas para o Consumo, Processamento e Agregação de Valor ao Pescado”, do Engenheiro de Pesca Robie Allan Bombardelli:

[...] devem ser estudadas estratégias alternativas que busquem a popularização e aumento do consumo desses produtos, além da agregação de valor e melhorar a rentabilidade das empresas. Um dos principais métodos considerados deve ser as formas de processamento da carne do pescado, buscando não somente a forma eviscerada ou em filés, mas também produtos mais elaborados ou pré – prontos como salgados, defumados, enlatados, embutidos, reestruturados e fermentados. Sobretudo, deve ainda ser considerado o aproveitamento dos resíduos tanto para a produção de farinha, silagem e óleo, quanto para o curtimento das peles. O correto uso e destino desses resíduos apresentam importância não somente econômica, como também ambiental. [...] O setor produtivo da aquicultura, em especial, neste caso, a piscicultura, somente poderá se consolidar e se tornar competitiva com outros segmentos industriais produtores de carne a partir do momento em que sejam solucionados os diversos problemas de cunho tecnológico no que se refere ao abate, manipulação, processamento, armazenamento, comercialização, distribuição (MARCHI, 1997a) e gestão de qualidade de produtos de valor agregado (BORGHETTI et al., 2003). Tais problemas são os principais responsáveis pela redução da qualidade, tempo de vida na prateleira e, conseqüentemente, do consumo de pescado. O processo de modernização permitirá uma maior agregação de valor aos produtos e subprodutos, além de permitir a popularização deles. Isso se deve principalmente à tendência da sociedade moderna em preferir o consumo de produtos semiprontos ou prontos, de alta qualidade, maior diversidade e custos compatíveis²⁰.

Assim, percebemos que a política pesqueira vem, nos últimos tempos, ao encontro dos anseios de empresas que atuam no setor, ao priorizar a criação e o beneficiamento da produção em produtos diversos, derivados do pescado. De acordo com informações presentes no site do MPA, tanto o Ministério da Pesca, quanto o Plano Mais Pesca e Aquicultura, são projetos que:

²⁰ BOMBARDELLI, R.,A.; SYPPERRECK, M. A.; SANCHES, E. A. *Situação atual e perspectivas para o consumo, processamento e agregação de valor ao pescado*. Arq. Ciên. Vet. Zool. UNIPAR, 8(2): p. 181- 195, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/veterinaria/article/view/57/38>>. Acesso em: 4 jul.2011.

[...] representa uma resposta à crescente demanda mundial por alimentos. [...] O plano contém ações para fomentar a produção de pescado e metas para serem cumpridas até 2011. [...] De acordo com as metas estabelecidas no plano, a produção de pescado deverá ter um aumento em torno de 40%, devendo passar de um milhão de toneladas para 1,4 milhão por ano²¹.

De acordo ainda com informações contidas no site do Ministério da Pesca, a aquicultura vem sendo priorizada pela política pesqueira devido a supostas vantagens em relação à pesca extrativista:

A aquicultura se apresenta como a melhor opção para as indústrias de processamento e beneficiamento do pescado. A produção é contínua, com duas ou três safras por ano. Não existe, como na pesca, o dispositivo do defeso – a época em que a pesca é proibida para proteger as espécies durante o seu período de reprodução – e, também, as incertezas quanto à disponibilidade os estoques. Afinal, os alevinos (“filhotes de peixe”) e juvenis são produzidos em laboratórios. Esta característica incentiva o aumento da produção e a instalação de frigoríficos para o beneficiamento do pescado, dado o fornecimento regular de matéria-prima nas especificações das linhas de produção. A economia de escala permite ainda a redução de preços ao consumidor final²².

Tais vantagens são destacadas no site relacionadas à viabilidade que a aquicultura possibilita do ponto de vista do beneficiamento das indústrias e não dos trabalhadores. A produção contínua é pensada para o favorecimento de frigoríficos que, para funcionar, precisam constantemente de produção, o que não ocorre na mesma intensidade quando a produção é de procedência extrativista. Dessa forma, o processo de industrialização da produção do peixe pressiona para a substituição ou eliminação da pesca extrativista, tendo em vista que para haver e ser viável a atividade dos frigoríficos de peixes é necessário ter o controle da cadeia produtiva.

O aumento da produção projetado pelo governo se relaciona ao objetivo de tornar o Brasil um grande produtor de pescado. A própria cartilha do plano traz como slogan o tema “Brasil, o país do pescado”²³, em referência ao objetivo de expandir e fortalecer o setor pesqueiro. Analisando a cartilha, é possível perceber o objetivo de expansão de um negócio

²¹ Informações disponíveis em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 2 ago. 2011.

²² Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/emprego-e-renda>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

²³ Cartilha Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 20 fev. 2011.



que até então é pouco explorado. Através do título presente no texto inicial da cartilha: “Produção de Pescados - uma grande oportunidade para o Brasil”²⁴ verificamos a intencionalidade do Plano, a de tornar o Brasil “um dos maiores produtores mundiais do pescado”²⁵. Se, por um lado, o plano “Mais Pesca e Aquicultura” é apresentado como uma oportunidade de grande negócio, por outro lado, o governo procura demonstrar o lado favorável aos pescadores e aquicultores, através da geração de renda e emprego. Por isso, nosso esforço foi identificar, através dos trabalhadores, suas percepções acerca do projeto de criação de peixes, tentando compreender em que medida essa política social vem ao encontro dos problemas vivenciados pelos pescadores ou se é desfavorável e problemática pelo fato de que a criação de peixes ocasionaria uma mudança em relação à profissão de pescador. Os pescadores passariam a ser criadores de peixes, inseridos como mão de obra numa dinâmica industrial capitalista. Entendemos que essa seria a forma encontrada para que tal política concretizasse o objetivo tão enfatizado, o de aumentar a produção a partir de evidenciar as condições favoráveis de desenvolvimento da produção e as possibilidades de mercado:

O país possui condições extremamente favoráveis para o incremento da produção. São 10 milhões de hectares de lâmina d'água em reservatórios de usinas hidrelétricas e propriedades particulares no interior do Brasil, sendo que nosso país representa 13,7% do total da reserva de água doce disponível no mundo, além do potencial das grandes bacias hidrográficas para produção de pescados, principalmente pela aquicultura. [...] O mercado é muito promissor²⁶.

A aquicultura em nível nacional vem ganhando espaço e ocupando um lugar privilegiado nas políticas públicas a fim de se concretizar como um negócio promissor e lucrativo no país. De acordo com a afirmação do ministro da Pesca e Aquicultura em 2010, Altemir Gregolim:

O Brasil tem potencial para produzir 20 milhões de toneladas de pescado. [...] "O Brasil pode efetivamente se tornar um grande produtor mundial de pescado. Um setor não se desenvolve com políticas conjunturais, e sim, com políticas estruturantes", afirmou o ministro, defendendo uma visão de longo prazo, para competir com países como Noruega, Estados Unidos, China, Tailândia e Chile, grandes concorrentes do setor. [...] "Estamos envolvendo não só o

²⁴ Idem, p. 4.

²⁵ Idem, p. 6.

²⁶ Cartilha Plano Mais Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 20 fev. 2011, p. 7.

A partir da análise das políticas públicas federais voltadas ao setor pesqueiro discutiremos de que forma o projeto de criação e de industrialização do pescado vem se apresentando em nível estadual, mais especificamente no Estado do Paraná.

As Políticas Públicas Estaduais

Segundo dados oficiais²⁸, com o incentivo à aquicultura em nível Federal, o Estado do Paraná foi o primeiro estado brasileiro a conseguir o licenciamento do IAP para o cultivo de peixes. No Paraná, o desenvolvimento da aquicultura vem se dando a partir da implantação do projeto tanque-rede elaborado pela Itaipu, ou em tanques escavados como o que acontece na região de Toledo/PR. De acordo com o ex-ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Frishs, para a construção do I Parque Nacional Aquícola, no lago de Itaipu em 2005, foram investidos, por parte do governo federal, R\$ 2 milhões, que, em tese, reunia cerca de 400 produtores de peixes em tanques-rede²⁹. É interessante observar que o licenciamento ambiental para o desenvolvimento do projeto tanque-rede não é divulgado como sendo de interesse do governo, tampouco da Itaipu. De acordo com o ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, “[...] o licenciamento ambiental a cargo do Estado era uma reivindicação dos pescadores e piscicultores da região que levavam em média três anos para conseguir uma licença pelo Ibama”³⁰.

Pela afirmação, o desenvolvimento do projeto aparece como uma reivindicação dos pescadores e aquicultores, em que o governo correspondeu através de facilitar as licenças

²⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.economiasc.com.br/index.php?cmd=industria&id=1737>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

²⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

²⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

³⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.



ambientais. A hipótese de que o governo estadual, assim como em nível federal, tenha interesses com a expansão do setor pesqueiro fica ocultada com essa questão. Segundo dados oficiais³¹, em 2005, quando foi anunciado o projeto tanque-rede, pelo então governador do Paraná, Roberto Requião, foram liberados R\$ 18 milhões em investimentos para financiamento e instalação de equipamentos. Além dos objetivos presentes no projeto de desenvolvimento da aquicultura pelo governo federal, de geração de renda, preservação ambiental e produção de um alimento saudável à população, outro objetivo do governo em nível estadual, segundo a SEAB (Secretaria Estadual de Abastecimento), se volta à preocupação com a reposição do estoque pesqueiro dos rios do Paraná:

Nesse primeiro momento o programa não será voltado para a produção industrial. Será um investimento sem risco de prejuízo. O Paraná irá comprar os peixes juvenis dos tanques a partir de um determinado tamanho não para comercializá-los, mas para soltá-los novamente nos rios acelerando o processo de repovoamento dos rios do Paraná, explicou o governador. Para o governador, o repovoamento dos rios deve estar aliado à garantia da proibição no período de defeso ou reprodução das espécies. Eu já assinei um decreto proibindo a pesca em todas as áreas de abastecimento de água do Paraná. Onde se produz a água que nós bebemos, eu não quero pesca mais, afirmou Requião. Ele ainda disse que os abastecedouros das cidades serão preservados de forma absoluta e afiscalização será feita pela Força Verde da PM de forma rigorosa. [...] O principal objetivo do programa é a recomposição ambiental na região, aliando a recuperação das matas ciliares, da qualidade das águas e do estoque pesqueiro.³²

Embora demonstrando, num primeiro momento, que a elaboração do projeto não estava voltada a produção industrial, e sim ao repovoamento, é significativo observar a relação que é feita pelo governador entre o fato de repovoar e garantir a proibição da pesca na época do defeso, com o fato de afirmar não querer mais a realização da pesca onde se produz água. Cabe então a interrogação: tal proibição seria aplicada apenas no período do defeso? Se sim, qual o motivo de afirmar “eu não quero mais pesca”? Estaria o projeto tanque-rede aliado ao suposto objetivo de repovoar, “proteger” a qualidade da água e do setor pesqueiro através de impedir a pesca extrativista, restando aos pescadores apenas a criação de peixes?

³¹ Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

³² Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Nessa via de interpretação, a pesca extrativista é apresentada como responsável pelos problemas ambientais que é preciso resolver. Vista dessa forma, a alternativa colocada é buscar outras formas “sustentáveis” para resolver esse problema, a criação de peixes, por exemplo, se coloca como uma delas. Demonstrando que há um crescimento no setor da aquicultura, atualmente os governos federal e estadual, juntamente com a Itaipu, vêm desenvolvendo políticas de incentivo principalmente para que os pescadores conciliem a pesca extrativista com a criação de peixes. A partir de tais políticas percebemos a estreita relação do governo com a Itaipu na geração de um suposto “desenvolvimento social, econômico e ambiental”. Como noticiado:

A relação da Itaipu com o governo brasileiro resulta em grandes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região onde está localizada. Diversas iniciativas e projetos realizados pela empresa contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, gerando mais qualidade de vida para a população local³³.

Essa relação ainda pode ser percebida em outros momentos. Em 2005, quando da visita do ministro da Pesca a Foz do Iguaçu, ficou clara a projeção que a Seap (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) fez em relação ao projeto desenvolvido pela Itaipu:

A vinda do ministro se deve ao fato de a Seap ter o programa de aquicultura e pesca do reservatório da Itaipu como referência nacional, especialmente no que se refere ao zoneamento da capacidade de suporte da atividade, por meio da demarcação dos parques aquícolas. Para o setor, dentro do programa Cultivando Água Boa, a Itaipu desenvolve o projeto “Mais Peixes em Nossas Águas”, com o objetivo de “promover a sustentabilidade da pesca profissional, amadora e esportiva e aumentar a proteína de alto valor biológico pelo incremento da piscicultura, promovendo assim o desenvolvimento sócio-econômico com responsabilidade social e ambiental.”³⁴

Ou ainda, em 2003, na visita do presidente Lula a Foz do Iguaçu:

³³ Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

³⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.



Em agosto de 2003, quando de uma visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Foz do Iguaçu, foi assinada Carta de Intenções para a celebração de convênio entre o governo federal, via Seap, e a Itaipu Binacional, para o desenvolvimento de um programa de aquicultura e pesca no reservatório da usina. Os entendimentos culminaram com a celebração do convênio no final de 2004, envolvendo a ordem de R\$ 718.690, sendo R\$ 541.000 a cargo da Seap e R\$ 177.690, da Itaipu. [...] Os recursos estão sendo aplicados em três frentes: incremento à piscicultura em tanques-rede, demarcação dos parques aquícolas no lago; e pesquisa em cultivo de peixes em tanques-terra (açudes), inicialmente com as espécies pacu, jundiá e corimba.³⁵

Tanto por parte dos governos federal e estadual, quanto por parte da Itaipu, é enfatizado que os pescadores profissionais em sua maioria possuem baixa renda e, entre eles, os que se saem melhor são os que conciliam a pesca extrativista com a criação de peixes. Embora nem o governo e nem mesmo a Itaipu deixe explicitados os possíveis interesses provenientes com essa atividade criatória, o destino da produção transparece nas informações noticiadas pela Itaipu como sendo fruto também das políticas públicas, uma delas de introdução do peixe na merenda escolar:

O estímulo ao consumo de pescado e o desenvolvimento de estratégias comerciais estão entre as principais preocupações do programa. Em 2009, pela primeira vez, os produtores conseguiram vender toda a sua produção. O aumento da demanda foi resultado de uma ação que introduziu o peixe na merenda escolar. Ao todo, foram produzidas em tanques-rede 19,8 toneladas de peixe, das quais 10,3 toneladas foram destinadas às escolas. A comercialização foi feita por meio do programa Compra Direta do Governo Federal³⁶.

Além disso, o objetivo do governo é demonstrar que as águas públicas não estão apenas para a geração de energia: “Nos últimos anos, temos trabalhado no uso de águas públicas para aquicultura, sendo que antigamente elas eram utilizadas apenas para produção de energia”³⁷. A partir da afirmação, desconsidera-se a importância da pesca extrativista como uma atividade que também é desenvolvida nas águas públicas.

³⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

³⁶ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

³⁷ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

Na criação de peixes no Paraná, as espécies mais utilizadas são a das tilápias (80%) e a dos pacus (10%), e diversos tipos de peixes (10%)³⁸. Além da atividade criatória, as políticas federal e estadual vêm também enfatizando a industrialização do pescado através de diversificá-la em diversos produtos que possam ser consumidos pela população e, com isso, se tenha automaticamente o aumento da produção e do consumo. A partir do processo de transformação do pescado, tem-se o objetivo de incluí-lo na merenda escolar através dos programas sociais desenvolvidos pelo governo federal e de acordos firmados com prefeituras dos municípios do Paraná, como podemos observar em uma reportagem sobre a produção pesqueira no Paraná presente no site da Gemaq (Grupo de Estudos de Manejo da Aquicultura), em junho de 2011:

A Produção Pesqueira Paranaense e os Mercados Institucionais foi o tema da audiência pública que lotou o plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná durante toda a quinta-feira (16). O evento foi uma parceira do mandato popular do deputado Professor Lemos, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, e da Pesca e Aquicultura, além de entidades da sociedade civil organizada. Lemos destaca que, com a inclusão do pescado, além de promover a alimentação saudável, os programas sociais e políticas de governo também estão contribuindo para o aquecimento da economia, "é na escola onde se muda o hábito alimentar, estamos ajudando não só a saúde das crianças, como as famílias de agricultores e pescadores e também a economia" ³⁹.

O projeto de desenvolvimento da aquicultura criado pela política federal e estadual, como vimos, faz parte de uma política social que se utiliza do discurso de resolver tanto problemas sociais, quanto econômicos e ambientais. Esse projeto vem sendo planejado a partir de sistemas de criação de peixes, nos quais será utilizada a mão de obra não só de pescadores, mas de pequenos agricultores e de indígenas. Nesse sentido, percebemos que essa política dita social, promovida pelo governo, acaba sendo desenvolvida pelos próprios trabalhadores, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura viabiliza outro projeto social, a agregação do peixe na merenda escolar. A seguir veremos qual a relação da Itaipu com essa política social e qual a percepção dos pescadores profissionais estudados em relação a esse projeto.

³⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.impactoonline.com.br/destaque/mar-pra-peixe-no-parana.html>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

³⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=noticias&id=299>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

A Atuação da Itaipu Frente à Diminuição da Pesca

Em Guaíra, devido aos impactos provocados à atividade pesqueira, essa atividade não vem possibilitando a garantia de sobrevivência de muitos pescadores, os quais precisam desenvolver outras atividades de ganho como forma de complementar suas rendas. Nesse contexto, foi então que, admitindo o fato de que a pesca diminuiria com a formação do lago, Itaipu se propôs a desenvolver um sistema destinado à criação de peixes, chamado “Tanque Rede”, cujo objetivo seria proporcionar uma fonte de renda aos pescadores que não conseguiram mais retirar o sustento de sua família exclusivamente da pesca⁴⁰. O sistema de tanque-rede está inserido num projeto criado pela Itaipu denominado “Mais Peixes em Nossas Águas”, que, por seu turno, faz parte de outro programa, também criado pela Itaipu, o “Cultivando Água Boa”. De acordo com informações veiculadas pela Itaipu, o cultivo de peixes, como é chamado, se coloca na perspectiva da direção dessa estatal, como uma alternativa sustentável.

A Itaipu tenta justificar seus projetos através de uma abordagem bastante disseminada na atualidade sobre a questão da sustentabilidade, ou seja, procura utilizar do problema ambiental para reafirmar ainda mais a necessidade de desenvolver tecnologias como um meio de mudança e transformação da sociedade. Recorrendo ao discurso que apela para a preservação do meio ambiente, que a Itaipu criou o projeto de cultivo de peixes como alternativa sustentável. Desconsiderando o fato de os pescadores não terem sido consultados sobre a elaboração do projeto, e reafirmando em diversas reportagens o desenvolvimento do cultivo de peixes como uma alternativa sustentável, a Itaipu segue divulgando o projeto como a solução tanto para os problemas ambientais como sociais.

Embora na divulgação de seus projetos a Itaipu tente demonstrar uma preocupação social e ambiental, alguns desses projetos, inclusive presentes no Programa “Cultivando Água Boa”, foram criados pela estatal como forma de solucionar problemas relacionados ao próprio

⁴⁰ Jornal Ilha Grande, 9/1/2004, p. 1.

funcionamento da hidrelétrica, como a recuperação das microbacias, denascentes e da mata ciliar, como comentado por Irene em seu trabalho sobre a Formação e Organização Política da Classe Dominante Agrária do Oeste do Paraná, em que ela discute a relação da Itaipu juntamente com cooperativas e agricultores da região Oeste do Paraná na elaboração de projetos que demonstrem a responsabilidade destes quanto ao uso sustentável dos recursos naturais:

Vale lembrar que o Programa Água Boa foi criado pela Itaipu como uma das tentativas de frear o processo de assoreamento dos rios da região e por consequência do Lago da Itaipu, o que poderia causar graves danos ao funcionamento da hidrelétrica. Assoreamento este causado pelo modelo de produção estabelecido na agricultura regional, durante as décadas de 1960, 1970e 1980⁴¹.

Concluindo, são várias as reportagens⁴²sobre os projetos desenvolvidos pela Itaipu em parceria com as políticas públicas. Tendo em vista que o espaço deste trabalho é findo, pontuamos alguns dos problemas percebidos pelos pescadores a partir da proposta de criação de peixes pela Itaipu. Dentre eles estão: altos custos com ração, impossibilidade de conciliar a pesca extrativista com a pesca criatória, falta de conhecimento dos pescadores e de cursos técnicos para a criação de peixes em cativeiro, problemas de comercialização do pescado em decorrência do baixo peso adquirido e inadequação da estrutura dos tanques criatórios. Além disso, a aplicação de tal projeto implicaria em uma descaracterização da profissão de pescador a partir da tentativa de torná-los pescadores aquicultores.

Referências Bibliográficas

⁴¹ ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do Oeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Unioeste – Marechal Cândido Rondon, 2010, pág. 104.

⁴² Para uma melhor compreensão ver SANFELICE, Cátia Franciele. *Mudanças no mundo dos trabalhadores: os pescadores profissionais de Guaíra/ PR (1970-2011)* / Cátia Franciele Sanfelice. – Marechal Cândido Rondon, dissertação, 2012.



ADAMY, Irene Spies. *Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do Oeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Unioeste – Marechal Cândido Rondon, 2010.

BOMBARDELLI, R.,A.; SYPERRECK, M. A.; SANCHES, E. A. *Situação atual e perspectivas para o consumo, processamento e agregação de valor ao pescado*. Arq. Ciên. Vet. Zool. UNIPAR, 8(2): p. 181- 195, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/veterinaria/article/view/57/38>>. Acesso em: 4 jul.2011.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação*. Depto. de Geociências – CCNE/UFMS. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – vol. 10, nº 2, 2009.

SANFELICE, Cátia Franciele. *Mudanças no mundo dos trabalhadores: os pescadores profissionais de Guaíra/ PR (1970-2011)* / Cátia Franciele Sanfelice. – Marechal Cândido Rondon, dissertação, 2012.

219 p.

Fontes

Site Gemaq: <<http://www.gemaq.org.br/>>.

Site Itaipu: <<http://www.itaipu.gov.br/>>.

Site SEAB: <<http://www.seab.pr.gov.br/>>.

Site Ministério da Pesca: <<http://www.mpa.gov.br/>>.

Site Jornal Rio Paranazão: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>.

http://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>

<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24729>

<http://www.economiasc.com.br/index.php?cmd=industria&id=1737>

<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>

<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-eregião>

<http://www.impactoonline.com.br/destaque/mar-para-peixe-no-parana.html>